

O EMPOWERMENT DAS MULHERES JOVENS E A PROMOÇÃO DA SUA PARTICIPAÇÃO NOS PROCESSOS E ESPAÇOS DE TOMADA DE DECISÃO

Rede Portuguesa de Jovens para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens

Boa tarde a todas e a todos. É um prazer e uma honra poder estar aqui convosco a discutir as múltiplas e importantes questões suscitadas pela temática “Mulheres, Participação e Democracia”. Gostaria, como tal, de congratular a Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres pela dinamização deste evento e de desejar a todas e todos os participantes dois dias de interessantes conversas, discussões, reflexões e partilha de experiências.

Nesta comunicação, procurarei analisar a questão do *empowerment* das mulheres jovens e a promoção da sua participação nos processos e espaços de tomada de decisão, dando-vos a conhecer o trabalho que tem sido feito nesta área pela organização não governamental que aqui represento, a Rede Portuguesa de Jovens para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens. Para contextualizar esse trabalho, importa fazer uma breve apresentação da organização.

A Rede é uma plataforma de associações juvenis, organizações não governamentais de defesa dos direitos das mulheres, juventudes políticas, associações de estudantes, associações que desenvolvem projectos dirigidos à juventude e jovens individuais.

Foi constituída no âmbito do projecto *Mobilizar as Jovens Mulheres para a Igualdade na Europa*, um projecto iniciado em Julho de 1999 pelo Lobby Europeu de Mulheres com o objectivo de promover a sensibilização das mulheres jovens relativamente às questões da igualdade de oportunidades na União Europeia. O projecto foi organizado em torno de uma rede de 15 coordenadoras jovens nos Estados Membros, sendo a coordenadora portuguesa Ana Sofia Fernandes. Nos vários países, foram organizados debates com jovens sobre a temática da igualdade de oportunidades.

Em Portugal, foram realizados vários seminários e encontros em Lisboa e Faro, bem como o Seminário Europeu de Encerramento do projecto no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, que reuniu todas as

coordenadoras europeias e representantes governamentais portuguesas da área da juventude e da igualdade de oportunidades, entre 29 de Junho e 1 de Julho de 2001. Neste Seminário foi apresentado o Manifesto das Jovens Mulheres Europeias, que constitui o documento político deste grupo, amplamente divulgado nos Parlamentos Nacionais e Europeu, e foi lançada a Rede enquanto plataforma de intervenção em género e juventude, áreas que em Portugal nunca tinham sido trabalhadas em articulação de forma sistemática e estruturada.

Ao longo dos seus 4 anos de existência, a Rede tem desenvolvido diversas actividades e projectos a nível local, nacional, europeu e internacional, em torno de cinco objectivos centrais:

- Consciencializar as e os jovens para a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens;
- Promover a inclusão das necessidades e interesses específicas das jovens mulheres na agenda política nacional, europeia e internacional;
- Contribuir para que a temática da igualdade de género seja parte integrante da educação formal e não formal;
- Promover o *mainstreaming* de género nas associações juvenis, isto é, a inserção das questões de género e da igualdade de oportunidades nas actividades, estrutura e cultura organizacional destas associações;
- e aumentar a participação das jovens nos processos e espaços de tomada de decisão.

É neste último objectivo e área de intervenção que me irei concentrar agora.

De facto, as jovens mulheres encontram-se sub-representadas na tomada de decisão, quer seja ao nível dos partidos, dos parlamentos, governos, órgãos de decisão regionais e locais, organizações da sociedade civil e mesmo associações juvenis. Esta sub-representação coloca em causa o exercício completo dos direitos de cidadania das jovens e conduz a decisões e políticas que ignoram os seus problemas e necessidades específicas. Trata-se de uma questão simultaneamente de justiça e de igualdade de direitos, que tem de ser trabalhada de forma a garantir que as perspectivas e prioridades das jovens sejam tidas em consideração nas decisões e nas políticas que as afectam de forma directa ou indirecta.

A recomendação do Comité de Ministros No. R (97) 3 sobre participação juvenil e o futuro da sociedade civil enfatiza “o papel crucial da participação da juventude no desenvolvimento da sociedade (...) enquanto recurso para a constante renovação da sociedade democrática”. No entanto, é possível identificar um conjunto de barreiras (frequentemente invisíveis ou não reconhecidas enquanto tal) que dificultam a participação das jovens mulheres nos processos de tomada de decisão.

Um dos principais obstáculos é o modelo de funcionamento das estruturas associativas e partidárias, e das instituições da democracia representativa. Os processos de recrutamento e de selecção subjacentes a esta cultura política favorecem a não renovação dos que ocupam os postos de decisão. Por outro lado, os horários de trabalho na política são frequentemente incompatíveis com as necessidades de conciliação da vida política, profissional, pessoal e familiar. Além disso, as qualidades julgadas necessárias à participação pública e política são, em geral, percebidas como masculinas, o que significa que o envolvimento das mulheres nestas actividades nem sempre é considerado como legítimo ou é limitado a áreas e sectores específicos, entendidos como tradicionalmente femininos. Em resumo, as estruturas formais de participação são caracterizadas por uma atmosfera que frequentemente não é acolhedora para as jovens mulheres.

A este obstáculo, junta-se a falta de redes de apoio e cooperação. As redes são fundamentais para a progressão política e profissional e as mulheres (e, em particular, as mulheres jovens), têm à sua disposição redes menos numerosas e mais limitadas do que as dos homens. Além disso, faltam modelos femininos que possam servir a estas jovens como referências ou pontos de contacto, em parte devido à invisibilidade nos média das mulheres enquanto elementos activos nos processos de tomada de decisão.

A baixa auto-estima das mulheres no que se refere às suas competências de intervenção no domínio público constitui um outro entrave a uma participação efectiva e eficaz na tomada de decisão. Este aspecto é, em parte, causado pela socialização diferenciada de raparigas e rapazes: a aprendizagem dos papéis políticos por parte das raparigas não é fomentada.

É necessário também ter em conta que as mulheres jovens se encontram numa fase da vida marcada pela transição da esfera académica para a profissional e o

início da constituição de uma família. Estes são períodos em que surgem obstáculos acrescidos à sua mobilidade e disponibilidade e em que a discriminação se começa a sentir com maior intensidade. De facto, a crescente integração das mulheres no mercado de trabalho não foi acompanhada de um aumento da participação dos homens nas tarefas familiares e domésticas, o que causa dificuldades às mulheres que desejam exercer os seus direitos de participação pública e política, principalmente as jovens mulheres que iniciam a sua vida de casal e têm crianças ainda pequenas.

Por outro lado, as jovens mulheres não podem ser consideradas como uma categoria homogénea. A intersecção de todos estes factores com outros eixos de diferenciação e discriminação social (nomeadamente, a raça, a etnia, a orientação sexual, a religião, a condição socio-económica, a origem geográfica, etc.) configura situações de discriminação múltipla, que colocam mais dificuldades a certos grupos de mulheres jovens no que se refere ao exercício dos seus direitos como cidadãs.

Como tal, é fundamental empoderar as jovens mulheres, isto é, criar oportunidades e disponibilizar recursos que lhes permitam desenvolver as suas capacidades e potenciar as suas aptidões, nomeadamente ao nível da participação nas estruturas políticas e da sociedade civil. Importa, num contexto de esforços de *empowerment* das jovens, valorizar os seus conhecimentos, facilitar o seu acesso a tecnologias e redes de informação e comunicação, promover o desenvolvimento de competências de liderança, comunicação e argumentação, fomentar a criatividade e o espírito de iniciativa e aumentar a auto-confiança e auto-estima. Para o *empowerment* das jovens mulheres poderão concorrer várias acções como a educação, a formação e a sensibilização, e parece-nos fundamental multiplicar e diversificar essas acções.

Em todas as actividades realizadas pela Rede com jovens mulheres (como, por exemplo, participação em encontros juvenis, organização de intercâmbios internacionais, dinamização de *workshops* em associações juvenis e escolas do ensino básico e secundário), temos procurado contribuir para este empoderamento, estimulando a reflexão em torno dos estereótipos de género e das múltiplas formas de discriminação de género; criando um espaço de debate e discussão sobre estas questões; e promovendo uma atitude reflexiva e crítica. Neste momento, estamos a

desenvolver um projecto (a aguardar aprovação) que procurará fomentar o *empowerment* das jovens através da criação de redes/relações de mentoria.

Trata-se de uma iniciativa que em Portugal nunca foi dinamizada, mas que tem sido levada a cabo com sucesso considerável em outros países: “De femme à femme”, um projecto deste tipo desenvolvido na Suíça pelo Conselho Suíço de Actividades para a Juventude e a Comissão Federal para as Questões Femininas recebeu do Conselho da Europa o Prémio “Jovens Cidadãos Activos”). Este projecto irá acolher jovens já inseridas no movimento associativo juvenil (que constituem um público estratégico pelo seu potencial multiplicador numa esfera onde tradicionalmente não se aborda o mainstreaming de género enquanto área de intervenção específica) e também jovens sem qualquer experiência de participação a este nível (com vista a fomentar processos de cidadania e participação democrática). A estas jovens serão atribuídas mentoras, mulheres que ocupem posições de tomada de decisão aos mais variados níveis: local, regional, nacional e europeu.

Pretende-se, deste modo, aumentar o conhecimento das jovens sobre as estruturas e culturas políticas, contribuir para a criação e fortalecimento de redes de apoio e contactos para elas e promover a comunicação e cooperação intra e intergeracional entre mulheres. Este aspecto da promoção da comunicação intra e intergeracional parece-nos central: ao pôr em contacto mulheres de gerações diferentes, as relações de mentoria proporcionarão um espaço no qual as experiências pessoais no domínio público (e também privado) podem ser transmitidas e partilhadas entre mulheres. Além disso, o contacto das jovens com mulheres em postos de decisão pode contribuir para a criação de modelos de referência, demonstrando que a política é um domínio no qual as mulheres têm interesse em envolver-se.

Importa referir, no entanto, que o trabalho junto das e dos jovens na área da sensibilização para a igualdade de género e *empowerment* é frequentemente dificultado pelas resistências das/os próprias/os jovens à reflexão sobre estas questões. A maioria das e dos jovens não se apercebem da discriminação e estereótipos de género enquanto problemas. Sentem que são questões que já estão, na sua quase totalidade, ultrapassadas e resolvidas e, conseqüentemente,

não encaram o compromisso para com a igualdade de género como uma luta na qual faz sentido envolverem-se de forma activa.

Estas resistências, agravadas pela relativa invisibilidade das questões de género nos média, nos currículos escolares e na cultura organizacional das associações juvenis, tornam particularmente difícil recrutar jovens para a intervenção nesta área e obrigam a um esforço extra de sensibilização e consciencialização. De facto, e como salientou Lydia La Rivière-Zijdel, antiga presidente do Lobby Europeu de Mulheres, “é necessário estimular as jovens a pensar adoptando uma perspectiva de género e estabelecer pontes entre o trabalho para a igualdade e para a juventude”.

De facto, sensibilizar as e os jovens para a igualdade de género é uma forma de consciencializá-los sobre os seus direitos (e deveres) como cidadãos e cidadãs e é um passo em direcção ao seu *empowerment* e mais activa participação em todas as dimensões de tomada de decisão social e política.

Como nos diz Tomaz Tadeu da Silva, “agir para contestar não é nenhuma tarefa abstracta e distante. Pertence à própria esfera do quotidiano e pode ser enfrentada logo na segunda-feira de manhã. Mas pode ser iniciada mesmo antes – no domingo à noite e na nossa própria casa” (1995: 133).